1º PAGAMENTO DO FUNASERP – 15/06/07

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Secretário da Administração Doutor Jorge Alberto. E cumprimentar, em nome dos dois, todos os secretários aqui presentes. Cumprimentar os servidores públicos que nos deram a honra das suas presenças para receber, pelo que eu vejo não é nem receber simbolicamente, é receber mesmo.

Nós fizemos um plano e estabelecemos os pressupostos desse plano. O primeiro pressuposto é que era dever e obrigação do Governo de Sergipe honrar o compromisso que este Governador assumiu ainda em campanha. Por isso que eu pedi para exibir, a gravação do debate do qual participei na TV Sergipe durante a campanha eleitoral, onde eu disse com todas as letras e com todas as palavras que durante o meu governo restituiria integralmente o Funaserp. Os servidores que possuem créditos de até 500 reais vão receber integralmente esses recursos. O débito ficará completamente quitado.

Este compromisso é fundamental. Primeiro, é um direito do servidor, não é um favor de Marcelo Déda. É um direito do servidor. Segundo, porque quando se discute ética, se discute muita coisa. É necessário que os partidos, que os políticos, que as lideranças valorizem a sua palavra. Assumam seus compromissos e cumpram. E quando, às vezes, aquele compromisso assumido não pode ser realizado em função de questões externas à vontade do político, que ele vá a público, apresente as razões pelas quais não tem como cumprir aquele compromisso e apresente as suas desculpas, porque não previu aquele cenário mais complicado.

É necessário recuperar o valor da palavra, o valor do gesto e o valor da credibilidade do cidadão que entra na vida pública e que faz da política a sua atividade principal. Creio que esse gesto está carregado de tal sentido. Quando em 2001, assumi o cargo de prefeito de Aracaju, pela primeira vez o Governo da capital do Estado fez um acordo com os servidores municipais, mesmo que eu tivesse assumido qualquer compromisso com tal objetivo durante a campanha. Mas ao chegar na Prefeitura assumi a responsabilidade, fiz um acordo com os sindicatos e devolvi integralmente aqueles valores decorrentes da aplicação de um reajuste de cinco anos atrás.

Estamos fazendo isso agora, em face dos servidores estaduais. É a forma melhor? Não. A forma melhor seria que todos os servidores hoje recebessem 100% dos recursos recolhidos em nome do Funaserp. Mas esse total é 45 milhões de reais. É mais caro do que a ponte Caueira – Mosqueiro. O Estado não dispõe, neste momento deste volume de recursos. Qual é a forma correta e civilizada de se fazer quando se tem o débito e não tem o dinheiro para integralmente honrá-lo? Propor um acordo. É parcelar e honrar cada parcela. Não atrasei uma parcela sequer do compromisso que assumi na Prefeitura de Aracaju. Todas as parcelas em que dividimos aquele débito, 28 milhões de reais da Prefeitura Municipal de Aracaju foram pagas integralmente no dia aprazado.

Agora, estamos iniciando esse novo processo, que eu reconheço, não é o ideal. O ideal seria poder pagar a vocês integralmente todo o dinheiro. Mas isso inviabilizaria financeiramente o Estado de Sergipe. Eu tenho dito e repito: também não considero que isto seja ideal. O ideal seria que nós tivéssemos reajustes os melhores possíveis. Mas nós somos escravos das contingências, das condições financeiras do Estado e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas duas normas constantemente estarão presentes na hora que o Governador for deliberar a respeito de um reajuste salarial. Porque, se tentar fazer demagogia e exceder o limite, a consequência é pior. E não é para o Governador, é para o cidadão que é servidor público. Quando o Estado ultrapassar 60% da sua receita corrente líquida, com salários, imediatamente vem a ordem para demissões. E o drama das demissões é o pior drama que pode existir para um pai ou para uma mãe de família. Por isso que o meu estilo é esse: pensar antes de decidir e, ao decidir, fazer aquilo que foi decidido.

A situação do estado ainda inspira muitos cuidados. Sergipe ainda é um paciente febril. Eu dizia a pouco, em tom de brincadeira, aos jornalistas: o Estado de Sergipe não está morto, nem vai morrer. Isso já nos tranqüiliza. Mas o Estado não tem boa saúde financeira e fiscal. Ainda temos muitos problemas a resolver. O Secretário de Estado da Fazenda, Nilson Lima, exibiu com muita correção e transparência todos os números, para que, inclusive a oposição, pudesse examinar e pudesse opor os seus argumentos.

Mas se esse é um fato que nos preocupa, essa recuperação financeira do Estado, por outro lado também nos anima e nos dá otimismo o resultado obtido no primeiro quadrimestre, do ponto de vista da disciplina fiscal, da correção nos gastos, da busca de responsabilidade em todos os atos da administração. Nós conseguimos reduzir a despesa com relação ao exercício anterior, ao quadrimestre do exercício anterior, e nós conseguimos aumentar a receita em relação ao período anterior. E reduzimos o endividamento do estado, quer dizer, pagamos as dívidas do estado, uma parte delas, reduzindo o endividamento. Está resolvido? Não. Porque nós estamos negociando, tentando reduzir mais. Mas, na conversa que tivemos com a Secretaria do Tesouro Nacional, a meta de superávit primário para o ano que vem está na casa dos 220 milhões de reais.

O que é o superávit primário, meus irmãos? Fechado o orçamento, não é suficiente que a diferença entre receita e despesa seja igual a zero. É necessário deixar uma sobra para o ano seguinte. No nosso caso, de 200 milhões de reais. Esses 200 milhões de reais é para honrar a dívida pública do Estado com a União. É um dinheiro que não se pode usar para investir.

Então, é um momento de sensibilidade. É um momento de muito cuidado, mas mesmo assim, eu quero lhes dizer que nós vamos começar a intensificar, porque alguns investimentos já foram retomados. Está retomada a estrada de Neópolis- Propriá, está retomada a construção, aliás, está retomada não, está iniciada, porque nem um real havia sido gasto, da recuperação das duas adutoras e da construção da nova adutora do

semi-árido. Estão retomadas as obras das escolas técnicas de Neópolis e de Aracaju. Nós estamos iniciando um trabalho, em 30 escolas, de recuperação da rede física de ensino. Estamos implantando em 30 escolas, os laboratórios de informática e a idéia é implantá-los em todas as escolas.

O plano de recuperação da saúde pública do Estado já está em aplicação. Foram retomadas as obras lá no Hospital João Alves. A maternidade, nós vamos aguardar o do Ministério Público, porque o Ministério Público determinou à Organização que construiu a Maternidade que prestasse alguns esclarecimentos. Essa Organização veio para Sergipe e não cumpriu o contrato. A maternidade foi inaugurada às pressas e os repórteres que acompanharam o Ministério Público na inspeção viram em que estado estava a UTI, o centro cirúrgico. Um centro cirúrgico com vazamento de água, quando chove. Não havia condições para adotar corretamente os procedimentos de esterilização, com vazamentos, alagamentos no piso. Era esse o estado da maternidade. O Ministério Público deu um período para que a organização repare os problemas identificados. Eu sou cético. Não vou aguardar os 30 dias do prazo que foi concedido. Mas não vou aceitar que aquele elefante branco permaneça ali, sem uso. Vou pedir a Procuradoria que comece a examinar o problema. Se a organização não cumprir sua obrigação, o Estado vai ter que realizar para entregar à população aquela obra e vamos entrar com uma ação regressiva dos custos que nós tivermos que assumir, contra essa organização. Vamos bater às portas da justiça. O povo não pode ficar com aquele prédio ali parado, onde já foram gastos 11 ou 12 milhões de reais do Estado. Então vamos entregar a obra à sociedade.

Com esses ajustes, com esse sacrifício, nós vamos colocar esse Estado no caminho certo. Eu já analisei o plano da segurança pública. É um plano de longo prazo, que envolve investimentos de quase 180 milhões de reais, que nós não temos nesse momento. Mas vamos começar com o que temos, vamos começar contratando mais gente para aumentar o policiamento nas ruas. Vamos começar usando a inteligência. Novos planos de policiamento que otimizem o homem na rua. Eu já estou com a lista de nomes de policiais, vou conversar com chefes dos demais poderes do Estado e também com os prefeitos municipais. Vamos requisitar de volta muitos policiais que estão fora de função.

Não podemos confundir tudo. É óbvio que um órgão como o Tribunal de Justiça precisa ter Polícia Militar, até porque é um órgão da justiça, tem que ter um contingente. É óbvio que a Assembléia Legislativa, como poder de Estado, tem que ter um contingente. Vamos ver qual é o tamanho desses contingentes. É um contingente do poder, não é um em cada gabinete de deputado. É do poder como poder. É óbvio que o Tribunal de Contas tem direito a ter seu contingente de assistência militar. Vai ter. Agora, nós precisamos reduzir sensivelmente a quantidade de policiais atuando em cada poder. E é claro que, por exemplo os policiais militares que estão em disposição da Guarda Municipal de Aracaju, estão exercitando função de segurança pública, não é um desvio da função. Até porque é um órgão de segurança pública. É óbvio que os policiais que estão na Polícia de Trânsito, na própria Polícia de Trânsito do estado, estão desempenhando funções de segurança aplicadas ao trânsito. Mas aqueles que estiverem

desviados da sua função, nós vamos trazer para otimizar a presença do homem na rua. Vamos investir em carros, vamos investir em armamento, em segurança, coletes a prova de bala, em comunicação. Eu fiquei assustando quando os técnicos me mostraram, que mais da metade do Estado não tem comunicação com a capital.

Se for uma região que o delegado tiver um celular e houver dificuldade de sinal, não se comunica com o quartel, porque não tem rádio, porque não tem a antena, o sistema não tem cobertura. E não é fácil reconstruir isso, porque custa muito dinheiro. Custa muito dinheiro, não é pouco não. Só o sistema de comunicação está orçado em 18 milhões de reais. É um sistema do mesmo padrão que foi utilizado no Rio de Janeiro para cobrir os Jogos Pan-Americanos, com GPS, com monitoramento geo-referenciado, computadores, viaturas localizadas, chip nas viaturas para saber onde está cada carro de polícia. Nós estamos investindo, estamos trabalhando para fazer os investimentos no local certo.

Mas o que eu quero hoje é anunciar o início da restituição do Funaserp. A partir de hoje vão receber os servidores que tem até 500 reais de crédito vão receber integralmente do Governo do Estado, creditado nos seus contra-cheques. 15.017 servidores. No total são 42.353 servidores que terão direito à restituição do Funaserp, Quer dizer: mais de um terço daqueles que têm direito a receber, vão ter 100% do seu débito quitado a partir deste momento. Depois, em outubro de 2007, em outubro deste ano, nós vamos iniciar a devolução dos que têm acima de 500 reais. Ao final desse ano nós já temos uma parcela considerável dos servidores com os recursos integralmente devolvidos ou parcialmente devolvidos. O calendário é público.

Quero convidar três pessoas: dona Maria Alice da Cruz, Dona Maria da Piedade, e dona Jutália Bonfim da Costa. Vou entregar aos chefes dessas servidoras, dizendo que estou muito feliz hoje, com o coração tranquilo. Fico feliz, porque Deus me deu forças e condições de hoje estar devolvendo esses recursos aos servidores públicos do meu estado. E faço isso deixando claro, não é um favor, é um direito do servidor. Se algum mérito a nossa administração teve, foi o de reconhecer esse direito e tomar as providências para efetivá-lo. Mas direito não se agradece e direito não é favor. Direito se cumpre. Eu estou pagando o que é de direito do servidor público sergipano.

Posso dizer orgulhoso que esse dinheiro da restituição da primeira parcela resulta da redução de 20% do custeio no Estado. Esse dinheiro foi obtido graças à economia que nós tivemos nesses cinco meses no custeio da administração pública que ficou em torno de 17 milhões de reais. Então, somente a economia que nós fizemos já deu as condições de devolver esse recurso dos servidores. Então esse estado tem jeito.. Se tiver rumo, projeto e disposição política para seguir o caminho que nós traçamos, o estado de Sergipe dará certo. A regra é colocar o foco na cidadania. O foco é para o cidadão.

Em todas as políticas públicas nós temos que dirigir o foco para o ser humano, para melhorar a vida dos homens e mulheres que vivem em Sergipe. Estimular a alegria das pessoas de estarem vivas, de participarem da nossa comunidade, de se

valerem dos serviços que o Estado oferece, de se sentirem orgulhosas de serem sergipanas. Coisas pequenas.

E disso que nós precisamos. Precisamos é botar Sergipe para cima, para cada vez mais, merecer o nosso amor e ser digno do respeito do nosso povo. E nós vamos conseguir. Fernando Pessoa ensinou: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. Deus quer que Sergipe cresça, o nosso povo sonhou com esse crescimento socialmente justo, ambientalmente responsável, a obra desse crescimento vai sair. Vai sair porque é um destino de Sergipe e nós somos apenas auxiliares da História na tarefa de edificar um novo tempo para o nosso povo.. Parabéns aos servidores públicos estaduais! E vamos trabalhar que Sergipe quer mais!